

FISCALIZAÇÃO DISCUSSÃO SOBRE A VERBA E AÇÕES SOCIAIS ACONTECERÁ DURANTE ENCONTRO REGIONAL, QUE SERÁ REALIZADO HOJE, NA CIDADE

MPE orienta Itapemirim sobre uso de royalties

Ministério Público quer que recursos sejam aplicados em infra-estrutura

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redegazeta.com.br

O Ministério Público Estadual (MPE) e os Centros de Apoio Operacional do MPES, realizam hoje, a partir das 16 horas, no município de Itapemirim o encontro regional "Ação do Ministério Público nos Municípios", que vai discutir, dentre outros temas, a aplicação dos royalties do petróleo em obras de infra-estrutura no município. O encontro será no 10 Columbia Clube.

O objetivo é implementar ações conjuntas e estratégicas de orientação e fiscalização em níveis regional e municipal, direcionadas às políticas públicas e sociais. Participam o procurador-geral de Justiça, José Paulo Calmon Nogueira Gama e outros membros do

MPES, do Judiciário, prefeitura, vereadores e representantes da comunidade.

Devassa. Em maio, o MP iniciou o que chamou de devassa nas contas das prefeituras que recebem royalties do petróleo. A intenção é fiscalizar a aplicação das verbas, principalmente em políticas sociais como saúde, inclusão social, educação e infra-estrutura.

O trabalho do MPE começou pelo município de Presidente Kennedy no Sul do Estado, onde a gestão do prefeito Aluizio Carlos Corrêa (PL) é alvo de investigação por inquérito civil, aberto pela Promotoria de Justiça do município.

No inquérito, o prefeito terá que prestar contas da aplicação de todos os recursos municipais, inclusive as verbas

oriundas do petróleo, que hoje respondem por mais de 50% da receita mensal. Estão sendo analisados os investimentos feitos em áreas como saúde, educação, geração de emprego e renda e infra-estrutura.

Os dados que justificaram a decisão da Promotoria de Justiça do município foram apresentados durante o primeiro Encontro Regional para a Ação do Ministério Público nos Municípios, realizado em Presidente Kennedy. O município recebeu cerca de R\$ 5 milhões nos cinco primeiros meses de 2005, em royalties.

Segundo o promotor Fábio Baptista de Souza, é grande a distância entre o volume de recursos recebidos e as condições sociais da maior parte da população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Presidente Kennedy é o menor dos 18 municípios que formam a bacia do Rio Itabapoana e 69% da renda da cidade está em poder dos 20% mais ricos.

SAIBA MAIS

■ **Destaque.** A aplicação do dinheiro dos royalties em Presidente Kennedy foi abordada em matéria publicada por A GAZETA no dia 20 de fevereiro deste ano. A destinação equivocada dos recursos também foi apontada na matéria do dia 17 de abril, com base na pesquisa feita pelo estudante de Economia, Sávio Bertochi Caçador, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), para o trabalho de conclusão de curso. O estudo mostrou que, no caso de Presidente Kennedy, de 2000 a 2003, o município apresentou reduzida capacidade de investimento.

■ **Receita.** No ano passado, Presidente Kennedy recebeu R\$ 9 milhões em royalties. A receita proveniente da exploração de petróleo na cidade aumentou 801% entre

2000 e 2003.

■ **Jaguaré.** Entre todos os municípios que recebem royalties, Jaguaré é o que vem fazendo melhor uso dos recursos. O município apresentou o maior investimento per capita e comprometeu 22% dos gastos totais com a folha de pagamento no período de 2000 a 2003. A taxa de investimento chega a 29%, a maior dentre os demais municípios produtores de petróleo. Os royalties representam 36% da receita de Jaguaré.

■ **Lei.** A legislação que criou os royalties não determina a sua aplicação, apenas sugere o uso do dinheiro para aplicação em investimentos e realização de obras, e não para o custeio da máquina administrativa.